



Fórum Governamental de
**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

**ATA DE REUNIÃO
FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

Identificação da Reunião

Número/Ano: 9ª Reunião – 20/10/2011			
Início: 9h30min		Término: 18h	
Local: Câmara dos Deputados Praça dos Três Poderes – anexo II – Plenário 9 - Brasília / DF.			
Relatora: Jacimara Machado			
Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61)3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2169	ecocamara@camara.gov.br
Patrícia Almeida Ashley	UFF	(21) 8101.8146	ecocidades@gmail.com
Priscila Menezes Machado	SLTI / MP	(61) 2020-1068	priscila.machado@planejamento.gov.br
Maria Teresa R. Rezende	Inmetro / Diape	(61) 33348.6300	mtrezende@inmetro.gov.br
Magali Malagó	Inmetro / Diape	(61) 3348.6363	mmalago@inmetro.gov.br
Helvécio Milhomem	SERPRO	(61) 2021.7967	helvecio.milhomem@serpro.gov.br
Queise Leocádia Mandim	IPEA	(61) 3315.5149	queise.mandim@ipea.gov.br
Maria Fernanda Teixeira	IBRAM	(61) 3214.5659	mariafernandabarbosa@gmail.com
Cristiane Silva Lima	Inmetro / Diape	(61) 3348.6319	cslima@inmetro.gov.br
Andréa Bicalho	MCT	(61) 3317.8572	abicalho@mct.gov.br
Adriana Jannuzzi	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2000	adriana.jannuzzi@camara.gov.br
Luis Fernando Lara Rezende	IPEA	(61) 7815.7348	luis.resende@ipea.gov.br
Janice Silveira	Câmara dos Deputados	(61) 3216.5669	janice.silveira@camara.gov.br
Carmen Lúcia Mesquita	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2048	carmen.mesquita@camara.gov.br
Flávia Abdala	MMA	(61) 2028.7141	flavia.abdala@florestal.gov.br
Luiz Augusto Vitali	MMA	(61) 2028.1535	luiz.vitali@mma.gov.br
Hosana Mary de Lacerda	TRT 18ª Região	(62) 3901.3399	rosana.lacerda@trt18.jus.br

Denise Suchara	TRT 18ª Região	(62) 3901.3369	denise.suchara@trt18.jus.br
Taíssa Ferreira Pianta	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2171	taissa.pianta@camara.gov.br
Elianiildo Nascimento	URI - RIO	(61) 9633.8420	elianildo@gmail.com
Daniella Hiche	Comunidade Bahai	(61) 3255.2200	daniella.hiche@bahai.org.br
Esther Bemerguy	SEDES/SAE/PR	(61) 3411.2199	esther.bemerguy@planalto.gov.br
Patrícia Pego	SEDES/SAE/PR	(61) 3411.2199	patricia.pegos@planalto.gov.br
Priscilla Barreto	SG / PR	(61) 3411.3368	priscilla.araujo@planalto.gov.br
Clenir dos Santos Oliveira	Ecocâmara - CD	(61) 3216.2048	clenir.oliveira@camara.gov.br
Mayra Santos de Freitas	Ecocâmara - CD	(61) 3216.2048	mayra.freitas@gmail.com
Ana Carla Almeida	MMA	(61) 2028.1500	ana.almeida@mma.gov.br

Ausências Justificadas

Paula Barreto	BNDES
André Ferro	BNDES
Luciene Strada	DPU
Edson Cunha	Petrobrás
Claudia Americano do Brasil	Correios

Pauta

- 1) Leitura e aprovação da Ata da Oitava Plenária do Fórum;
- 2) Palestra de Abertura do Excelentíssimo Senhor Deputado Joaquim Beltrão, Relator do Projeto de Lei nº 7.404/10, que institui a Semana Nacional de Responsabilidade Social;
- 3) Palestra de boas-vindas do Senhor Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Sr. Rogério Ventura Teixeira, que apresentará as atividades de Responsabilidade Social já adotadas pela área administrativa da Câmara dos Deputados;
- 4) Apresentação do Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, coordenado pela servidora Adriana Padula Jannuzzi;

5) Painel Rio +20:

5.1. Processo preparatório, atores e iniciativas nacionais e internacionais, por Daniella Hiche, representante da Comunidade Bahá'í do Brasil;

5.2. Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, por Esther Bemerguy Albuquerque, Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

6) Avaliação dos questionários para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas, por André Ferro- BNDES;

7) Assuntos gerais.

1 – Abertura / Aprovação da pauta

Em nome da Coordenação do Fórum, a Sra. Jacimara Machado, da Câmara dos Deputados, saudou os participantes, agradeceu a presença de todos e, em seguida, constituiu a mesa de abertura chamando o Exmo. Sr. Deputado Joaquim Beltrão, relator do PI nº 7.404/10, o Diretor-Geral em exercício da Câmara dos Deputados, Sr. Fábio Holanda, a Sra. Ana Borges, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Sra. Andréa Santini, do Inmetro, ambas coordenadoras do Fórum.

Devido ao atraso na abertura dos trabalhos, a coordenação solicitou a inversão da pauta, deixando a aprovação da Ata da Oitava Plenária do Fórum para a parte da tarde, no que todos concordaram, e passou diretamente a palavra para o Deputado Joaquim Beltrão, para as suas considerações.

2 – Palestra de Abertura do Excelentíssimo Senhor Deputado Joaquim Beltrão.

O Deputado Joaquim Beltrão, relator do PL nº 7.404/10, que institui a Semana Nacional de Responsabilidade Social, agradeceu o convite para estar presente nesta 9ª Plenária e para falar da sua missão enquanto parlamentar, no que tange à relatoria do PL, e nas demais atividades que desenvolve sobre o tema da Responsabilidade Social.

Mencionou que a Semana Nacional de RS, uma vez instituída, servirá para que todos reflitam sobre o tema, realizem campanhas de sensibilização, promovam discussões e audiências públicas a fim de discutir e avaliar o papel das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Num mundo globalizado, em que a grande maioria só pensa em lucro e na rentabilidade, a questão socioambiental é importante, sobretudo para o atual governo, cuja agenda social é relevante.

O Deputado mencionou algumas das suas atividades em responsabilidade social, pois, como parlamentar, tem o compromisso de atender às demandas de seus conterrâneos. Mencionou a Carta do Equador, que estabeleceu os princípios de responsabilidade socioambiental a serem seguidos pelos bancos em todo o mundo.

Citou também algumas iniciativas que o governo já está realizando, como o sistema de cotas para as universidades, que, no seu entender, deveria abranger um percentual de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e outro para os de escolas privadas. Acredita que é importante melhorar o ensino nas escolas públicas, em primeiro lugar.

No seu entender, devemos refletir sobre quem é mais responsável socialmente: o governo ou a iniciativa privada? As empresas são mais responsáveis porque querem melhor servir ou porque o consumidor está mais exigente?

Finalizando sua fala, ele disse esperar que o Congresso consiga aprovar o PL nº 7.404/10, para que os diversos órgãos de governo possam promover atividades para mostrar o que já estão fazendo em Responsabilidade Social e incentivar a reflexão por parte dos que ainda não tenham programas nesse sentido. Disse não ser especialista no tema, mas conhecer um pouco as normas que dispõem sobre o assunto. Tem certeza de que, como parlamentar, tem-se comportado com vistas a atender às demandas da sociedade e de seu Estado.

Ficou satisfeito por ter sido relator do PL e está feliz por estar na Câmara dos Deputados, a qual tem dado exemplo a todos com suas ações socioambientais. Finalizando, desejou sucesso a todos.

A coordenação agradeceu, em nome do Fórum, a presença do Deputado e expressou a sua satisfação em tê-lo como integrante da Comissão de Educação e de poder contar com a sua sensibilidade para com as questões sociais.

3 – Palestra de boas-vindas do Senhor Fábio Holanda, Diretor-Geral, em exercício, da Câmara dos Deputados.

No segundo item da pauta, o Sr. Fábio Holanda, Diretor-Geral em exercício, saudou a todos e falou do seu prazer em receber, na Câmara dos Deputados, todos os membros do Fórum. Deu, em seguida, início a sua apresentação falando sobre os programas e ações que a Casa desenvolve no tocante à Responsabilidade Social.

Em seu primeiro slide, o Diretor menciona que as iniciativas de RS, na Câmara dos Deputados, estão associadas à promoção da ética, da transparência, da cidadania e do desenvolvimento sustentável e cita os seus principais programas e ações: EcoCâmara, Acessibilidade, Plenarinho, Pró-adolescente, Estágio Visita, Escola na Câmara, Parlamento Jovem e a Missão Pedagógica do Parlamento. Para cada um desses programas e ações, o

Diretor tece detalhes, os quais poderão ser acessados pelo áudio disponibilizado no *site* da Câmara, em <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/> .

Durante a sua fala, o Diretor lembrou que, em 2003, quando participou da elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal, houve o maior cuidado para não limitar as despesas com as ações sociais, mas, à medida que alguma crise financeira se aproxima, a primeira medida adotada é no sentido de limitar os recursos disponíveis para a área social em detrimento da área financeira, por exemplo. Para que isso não aconteça, o Diretor sugere que o Fórum inclua na sua agenda uma ação em favor da elaboração de uma lei de responsabilidade social para resguardar recursos para tais fins.

Ao término da fala do Diretor algumas perguntas foram encaminhadas pelos membros do Fórum.

O Sr. Luis Fernando L. Resende, do IPEA, informou a existência de PL`s, sobre o tema da RS, que já tramitam na Casa, como é o caso do PL de iniciativa da Deputada Lúcia Vânia. Lembrou também alguns outros projetos de iniciativa do governo passado.

A Sra Jacimara informou que esse PL encontra-se no Senado desde maio, com a Senadora Anamélia, do Rio Grande do Sul, a pedido do Executivo. Informou ainda que o Fórum necessita da participação de um membro que atue na área legislativa e que possa dedicar-se ao acompanhamento desses PL`s.

A Sra. Iara Beltrão, da APROGE/DG, mencionou que, em que pesem as diversas iniciativas em RS existentes na Câmara, elas ainda necessitam ser sistematizadas e integradas entre si e, por esse motivo, a Aproge realizará reunião na próxima semana, com os representantes de cada um dos programas aqui apresentados.

A Sra. Andréa parabenizou as iniciativas em RS, apresentadas pelo Diretor Fábio, e mencionou a importância do levantamento/acompanhamento dos PL`s sobre o tema e de como seria valorosa a participação de uma pessoa da área legislativa da Câmara no Fórum Governamental de Responsabilidade Social – FGRS.

A Profª. Patrícia Ashley, da UFF, mencionou a relevância da aprendizagem coletiva que o Fórum proporciona e a importância de pesquisas acadêmicas que vêm sendo feitas, a nível nacional e internacional, sobre políticas públicas em RS. No levantamento realizado por ela, foi verificada a relevância da promoção de um debate sobre quais PL`s ainda são interessantes, quais deveriam ter andamento, etc, e sugeriu que o Fórum seja parceiro do Parlamento na organização de um debate amplo sobre o assunto.

Sr. Helvécio, do Serpro, colocou-se à disposição para acompanhar os PL's junto à Câmara dos Deputados.

A Sra. Iara Beltrão sugeriu que a colega Janice, do CEDI, Centro de Documentação da Câmara, pesquisasse sobre as principais iniciativas em RS e a situação de cada PL já encaminhado. Seria uma pauta positiva para um tema tão relevante.

A Sra. Andréa sugeriu um encaminhamento para o levantamento dos PL's, contando com alguns colegas presentes, e a formação de um GT para esse trabalho. Sugeriu o encaminhamento de ofício do Fórum ao Diretor-Geral a fim de identificar uma pessoa da Consultoria Legislativa que possa integrar o Fórum com tal objetivo.

Encerrando esse item da pauta, o Sr. Luis Fernando lembrou que o Fórum deve assumir um papel articulador, deu exemplo das iniciativas em compras sustentáveis que o Jardim Botânico vem realizando e ressaltou a importância da troca de informações e do registro dessas iniciativas sob a forma de um banco de experiências em RS. Esse assunto, bem como o levantamento dos PI's, em articulação com o Legislativo, constituem duas frentes importantes para o Fórum num futuro próximo.

4. Apresentação do Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, coordenado pela servidora Adriana Pádula Jannuzzi.

Após a breve apresentação pessoal da Coordenadora do Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, os presentes tiveram a oportunidade de assistir ao vídeo institucional, com duração de três minutos, que resume as principais iniciativas em acessibilidade já realizadas pela Casa. O vídeo trata, entre outros temas, das obras de infraestrutura para adequação física dos prédios, do novo sistema de votação para pessoas especiais, do transporte de funcionários, do uso de intérpretes de libras nas Sessões Plenárias, da colocação de placas de sinalização em Braille em diversos pontos da Casa, da disponibilização de legislação em áudio, da maquete tátil do prédio do Congresso Nacional utilizada nas visitas de grupos especiais e do contrato de prestação de serviços de higienização e conservação de obras literárias firmado com a APAE, etc.

Na segunda parte da sua apresentação, a Sra. Adriana compartilhou com os presentes uma série de informações a respeito do conceito de acessibilidade e suas diferentes variações, da evolução da nomenclatura para se referir às pessoas com deficiência e da importância de se mostrar à sociedade o valor que essa parcela significativa da sociedade representa sob vários aspectos: humanos, sociais e econômicos. Citou os principais fatores que têm contribuído para o aumento das pessoas com necessidades especiais e os seus vários tipos. Em seguida, passou a mostrar novamente as ações da Câmara para as diversas linhas de atuação: acessibilidade física, de comunicação, de capacitação dos servidores e demais colaboradores no trato dessas pessoas, da inclusão social de grupos especiais (APAE), na interação externa

com outras instituições e na sensibilização dos diversos tipos de públicos que frequentam a Câmara dos Deputados. Em sua fala, a palestrante deixou claro que o Programa de Acessibilidade e a sua atuação se dá apenas na área administrativa, mas que isso não descarta o seu envolvimento ou sua colaboração quando solicitada a atuar junto à área legislativa da Câmara.

Tanto o vídeo quanto a apresentação e o áudio dessa apresentação estarão disponíveis no *site* da Câmara, no endereço eletrônico www.camara.gov.br/acessibilidade.

Sr. Helvécio solicitou maiores esclarecimentos quanto ao piso podotátil mencionado pela palestrante e sobre o desafio feito ao SERPRO, pelo Secretário Nacional, para promoção da pessoa com deficiência no desenvolvimento de um *software* para sintetizador de voz para *tablets*.

A Prof^a Patrícia parabenizou as iniciativas e perguntou sobre se já houve alguma premiação pelo trabalho. Sugeriu que o Fórum poderia encaminhar esse assunto, propondo a criação de premiações nesse sentido amplo de RS.

Sra. Andréa parabenizou as iniciativas apresentadas e juntou-se à Prof^a. Patrícia no sentido de o Fórum propor a criação de premiações ou incluir RS em premiações já existentes, como é o caso do prêmio Hélio Beltrão de Gestão Pública. Mencionou que seria interessante retomar a idéia de se ter um caderno de “boas práticas”, o qual poderia ser elaborado pelo Fórum. As informações advindas das respostas ao questionário, que foi encaminhado às organizações, poderão ser úteis para este caderno.

Sra. Rosana, do TRT de Goiás, parabenizou a apresentação e o conhecimento amplo da palestrante destacando como é difícil ser deficiente e pobre, pois algumas tecnologias ainda são inacessíveis. Falou da tecnologia da informação e como isso está ajudando as pessoas que, como ela, são portadoras de necessidades especiais e abrindo-lhes uma janela importante para obterem a sua inclusão na sociedade.

Sr. Luis Fernando parabenizou e destacou a importância da linha de atuação que se refere à capacitação e sensibilização do Programa de Acessibilidade. Como exemplo, citou sua experiência recente sobre a segregação de resíduos e falou das dificuldades que as pessoas têm em fazer corretamente o descarte e que, nesse ponto, a capacitação e sensibilização são fundamentais. Lembrou vários prêmios criados por instituições como FGV, SESI e outros, e novamente mencionou a questão da premiação em RS e a possibilidade de o Fórum ponderar sobre o assunto.

A Sra Andréa, então, encaminhou o tema relativo ao prêmio sugerindo a formação de um GT para pensar no assunto ou a maneira de somar isso com outras iniciativas como, por exemplo, o prêmio da A3P. Assim, para um futuro próximo, o Fórum deverá pensar sobre o tema.

O Sr. Luis Vitale falou rapidamente sobre as categorias do prêmio A3P e sobre a possibilidade de se inserir novas categorias.

Para encerrar os trabalhos da manhã, ficou a sugestão de um GT, integrado por Luis Fernando, Patrícia Ashley e Luis Vitale, com a finalidade de se pensar no prêmio em RS.

5. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Plenária do FGRS

A Sra. Andréa colocou em votação a Ata da 8ª Reunião Plenária, a qual foi aprovada pelos presentes. Explicou que, devido à ausência da representante do BNDES, que faria a apresentação do balanço dos questionários encaminhados, esse item da pauta ou poderia ser deixado para dezembro ou ser feita a apresentação dos resultados enviados. O grupo concordou em deixar esse item para dezembro, tempo, inclusive, para o recebimento de novos questionários.

6. Painel Rio +20

6.1. Processo preparatório, atores e iniciativas nacionais e internacionais, por Daniella Hiche, representante da Comunidade Bahá'í do Brasil

A Sra. Daniella agradeceu o convite para palestrar e, após a sua breve apresentação pessoal, falou sobre a sua entidade e como vem participando nas discussões preparatórias para a Rio + 20.

Num breve histórico, ela fez uma retrospectiva dos mais importantes momentos que marcaram as discussões globais em torno das questões ambientais, dos eventos internacionais mais relevantes realizados sob a responsabilidade das Nações Unidas, dos acordos, das parcerias e dos pactos assumidos pelos países participantes, salientando algumas particularidades de cada evento até então ocorrido. Com esse histórico, destacou que se trata, portanto, de um esforço global a discussão de problemas que afetam toda a humanidade, de forma justa e com cidadania mundial. Ressaltou que, querendo ou não, as questões econômicas sempre prevalecem sobre as questões ambientais e sociais, durante as discussões, e que esse modelo já não atende mais aos anseios dessa nova sociedade globalizada. Uma nova ordem social e econômica e as necessidades da sociedade: aí está o grande nó das discussões que se vêm travando de modo global. A pergunta que fica é: até quando vamos permitir a continuidade desse modelo saturado, onde o poder econômico prevalece sobre aspectos como a ética, a justiça social? Enfim, como será esse novo modelo de desenvolvimento que se

deseja? É isso que está sendo questionado para a próxima Conferência Internacional, a Rio + 20.

Na segunda parte de sua apresentação, a Sra. Daniella mencionou detalhes sobre as principais discussões desse processo preparatório e de como os países vêm-se organizando, juntamente com seus diversos atores, ressaltando as ações brasileiras.

A Conferência Rio + 20, que será sediada no Rio de Janeiro, em 2012, está sendo organizada pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Foi proposta pelo ex-Presidente Lula, no final de 2007, e a Assembleia Geral da ONU acatou. Existem, pois, dois segmentos principais: o segmento oficial/institucional/governamental e o segmento da sociedade em geral, chamado de “paralelo”, que tem como objetivo pautar o segmento oficial de uma série de temas que são relevantes para a sociedade civil. Serão, ao todo, três encontros preparatórios. Desses, dois já aconteceram, um em 2010 e outro em 2011. O último será a poucos dias da Conferência, em 2012. Nesses encontros preparatórios, muitos acordos são apresentados, temas inseridos, uma extensa negociação é realizada entre os diversos atores e, assim, o escopo da conferência vai sendo desenhado.

Datas importantes: até primeiro de novembro de 2011 todos os países deverão apresentar à Comissão um documento com seus posicionamentos em torno dos diversos temas que serão tratados na conferência, bem como as ressalvas e as discordâncias. A partir, desses será elaborado o primeiro documento, chamado Zero Draft, que será levado para a discussão, em 2012, às vésperas da Conferência (de 28 a 30 de maio de 2012). O Brasil criou, por Decreto, a Comissão Nacional para a Rio + 20, que possui dois focos. O primeiro, responsável pela logística da Conferência, e o segundo, pelas discussões temáticas e as posições brasileiras. Nesse caso, o MMA, o Ministério da Fazenda, o MDS e o MRE coordenarão juntamente com outros Ministérios.

Foi feita uma consulta pública, pelo MMA, com o objetivo de colher as posições dos diversos setores da sociedade para compor a posição brasileira. Também o Congresso Brasileiro se organizou para elaborar e discutir os temas e encaminhou suas contribuições à Comissão Nacional.

Os principais temas da Conferência são dois: governança em seus diversos níveis e nuances e Economia Verde no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável. Para ilustrar, mencionou as diferentes nuances em que a governança vem sendo debatida no âmbito dos países, inclusive no Brasil, e os diferentes vieses que o tema “economia verde” pode assumir dependendo do ator envolvido. Existe muita expectativa sobre as posições que o Brasil irá defender, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

6.2. Acordo para o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, por Esther Bemerguy Albuquerque, Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Sra. Esther iniciou sua fala esclarecendo aos presentes o que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, da Presidência da República, qual a sua constituição e os seus objetivos. Feito isso, passou imediatamente a falar dos motivos que levaram o Conselho a elaborar o documento intitulado “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável” e que irá aproveitar a oportunidade da realização da Rio +20 para construir, dentro da sociedade brasileira, um acordo sobre DS, no qual o Conselho apresentará proposições e recomendações que servem não só para o Brasil, mas também para o mundo. Cerca de 72 entidades brasileiras, dos mais diversos tipos, são signatárias desse Acordo que foi elaborado de forma coletiva, respeitando as posições individuais. Ele não termina em si, mas prevê inúmeras articulações com outros setores da sociedade com o intuito de detalhar e agregar outras contribuições de áreas como saúde, povos tradicionais, gênero, indígenas, etc, que devem ser incorporadas ao longo da mobilização prevista para acontecer até 2012.

O Conselho pretende, também, articular-se com Conselhos de outros países e assim, sempre respeitando as diferentes posições, promover o seu aprofundamento com discussões que possam complementar as propostas apresentadas no Acordo. Para o Conselho, a tarefa primordial da Rio +20 será construir um compromisso político irreversível com o DS. Ela não deverá impor aos países metas globais ou indicadores globais, ela deve, sim, estimular os governos a assumirem compromissos políticos adequados à realidade, à capacidade, à cultura de cada um. Estimulá-los a construir suas próprias agendas de DS a partir das suas especificidades. Não deve propor pactos globais e, sim, fomentar acordos políticos, restaurar a capacidade de planejamento e deixar que cada país estabeleça suas metas e seus indicadores. Deve exercer uma governança multilateral participativa para coordenar as diversas agendas de crescimento, harmonizando interesses, promovendo uma profunda sinergia entre elas, procurar estimular cooperação entre os governos e, dessa forma, acompanhar, monitorar e mensurar a implantação das ações propostas nas respectivas agendas.

O compromisso político deverá envolver o conjunto de países dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. E, em cada país, governos e sociedades, empresários e trabalhadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil devem, necessariamente, ser envolvidos.

Para o Conselho, um dos temas principais para a Rio+ 20 é o que propõe que o Brasil fortaleça a importância do compromisso político com o DS, sem deixar de prevalecer o tema da Economia Verde, *per si*, que mais parece uma tendência capitalista, onde o viés econômico

parece predominar sobre o social e ambiental. Quanto à governança global, ela seria exercida de forma a acompanhar o desenrolar dos compromissos políticos assumidos e coordená-los de forma global.

Para o Conselho, o tema da equidade social, das desigualdades sociais e a distribuição de renda serão aqueles que, de fato, trarão os grandes chefes de Estado à Rio +20. E eles virão com uma expectativa de gerar um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, mais socialmente justo e igualitário.

O Conselho propõe ainda, em seu Acordo, sete estratégias para o desenvolvimento sustentável e, para cada uma delas, apresenta algumas diretrizes básicas que as detalham. Esse Acordo pode ser acessado em www.cdes.gov.br, e todas as apresentações em ppt estarão disponíveis no CATIR.

Finalizada a apresentação, muitas perguntas foram endereçadas aos palestrantes, sendo as principais relacionadas a formas de mobilização em torno da divulgação do conteúdo e das propostas do Acordo, de como entidades sociais podem ser signatárias do documento, como disseminar as reflexões entre outros grupos sociais e como participar da rede de comunicação criada pelo Conselho com o objetivo de divulgar as propostas feitas pelo CDES.

A Sra. Daniella foi questionada pela Sra. Andréa sobre a abordagem das questões sociais no âmbito das grandes rodadas de discussões da Rio +20. Ela explicou que o Brasil é o país que vem mais fortemente puxando o tema social em suas reflexões e documentos, justamente como era esperado por algumas personalidades quem têm participado das reuniões preparatórias. Mencionou a ideia da Colômbia em lançar os objetivos para o Desenvolvimento Sustentável que complementariam os Sete Objetivos do Milênio e as suas nuances, e que conta com a simpatia do Brasil. Outra proposta inovadora foi a que trata dos objetivos do consumo do Milênio, apresentado pelo cientista cingalês Mohan Munasinghe, Diretor do Instituto de Consumo Sustentável da Universidade de Manchester, Reino Unido. Falou-se, ainda, sobre as posições da China, Ásia e Índia em relação à temática social e em como obter mais informações a esse respeito nos *sites* da Rio +20. Outro tema interessante que ela tomou conhecimento foi a sugestão de criação de uma ouvidoria para as gerações futuras, proposta pelo World Future Council.

7. Assuntos Gerais

A Sra Priscilla, da Presidência da República, relatou o encontro com a Sra. Larissa, coordenadora do Fórum de Direitos e de Cidadania e os desdobramentos em relação à proposta de institucionalização do FGRS.

Por fim, a Sra. Andréa Santini anunciou que a próxima plenária do Fórum ocorrerá no dia 07 de dezembro de 2011. Nada mais havendo a tratar, encerrou a Nona Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social e agradeceu à Câmara dos Deputados pela acolhida.

Coordenação do Fórum:

Inmetro – CSJT – Câmara dos Deputados